

CONSTRUIR: UMA ALTERNATIVA POPULAR

Luis Cesar Bueno

Atualmente o Brasil tem uma avasta agenda a cumprir. No plano político-institucional, apresentou-se a tarefa de concluir a institucionalização democrática, decorrente das condições estabelecidas pela Constituição de 1988, bem como corrigir-lhe os erros e as insuficiências. O centro dessa agenda situa-se nas reformas constitucionais e institucionais, como a reforma da Ordem Econômica, a reforma do Estado, da Previdência, Tributária, do Judiciário, Política etc. No plano político-econômico, a principal tarefa a ser enfrentada é a geração de emprego e renda, principal fator de desintegração social e de empobrecimento da classe média. No plano social, o combate à exclusão e uma política de emprego apresentam-se como tarefas prioritárias. O Governo Collor expressou uma tentativa desastrosa de dar resposta aos dois primeiros pontos da agenda dos anos 90. Os governos Itamar/Fernando Henrique têm sucesso parcial na resposta ao primeiro ponto e sucesso significativo na resposta ao desafio da estabilização. O Governo FHC, contudo, não responde às exigências e necessidades da agenda social e do crescimento econômico, com distribuição de renda.

Uma das principais razões da defensividade do PT e da oposição em geral diz respeito ao fato de que, a rigor, a esquerda ignorou a agenda dos anos 90. Num primeiro momento, o PT manteve uma postura obstrucionista em relação às reformas. Quando decidiu disputar seu rumo, o fez com atraso e, por conseqüência, em posição desfavorável.

Quanto à estabilização econômica e ao combate à inflação, o PT não conseguiu apresentar uma alternativa consistente. Na agenda social, o PT foi incapaz de apresentar alternativas que tivessem repercussão na sociedade. Nesta área coube ao MST chamar a atenção, a partir do problema específico da reforma agrária, para o drama da exclusão social no País. Deste diagnóstico cabe concluir que: primeiro, as reformas institucionais são imprescindíveis para aprofundar o grau de democratização do Estado, para torná-lo mais eficiente e para fortalecê-lo como instrumento de garantia do bem-estar, das políticas públicas, como saúde, educação e habitação, e para garantia da segurança. Não se trata de operar por dentro das propostas do governo, mas de opor-lhes alternativas que visualizem o confronto entre o elenco de reformas conservadoras com o elenco de reformas democratizadoras e progressistas. A falência dos Estados, a crise na segurança pública e da previdência, a falência da saúde pública, a crise da federação etc, são testemunhas de que o governo escolheu prioridades que se voltam contra o povo. Mas o PT não terá sucesso se não opor alternativas tanto ao conservadorismo do governo, como ao status quo, ineficiente e a serviço dos privilégios das elites. O PT deve alargar o leque das reformas institucionais, exigindo a correção do sistema representativo na Câmara, a regulamentação das MPs, fidelidade partidária, uma lei eleitoral democrática, que elimine o peso econômico nas eleições, e a democratização

dos meios de comunicação. A democratização radical da política requer a ampliação dos mecanismos de consulta popular, como o referendo e o plebiscito. O Estado não será democratizado sem uma reforma do Judiciário que garanta o seu controle pela sociedade e o acesso de todos a uma Justiça mais justa e eficaz. Democratizar o Estado e a sociedade significa também garantir as reivindicações das maiorias e minorias discriminadas, como as mulheres, os negros, os índios etc; significa garantir os direitos trabalhistas que impeçam a "flexibilização", que transforma cidadãos e não-cidadãos e significa reforçar a negociação coletiva, a autonomia e a representatividade dos sindicatos e a reforma agrária. O PT, assim, deve garantir uma vigorosa ação nas instituições visando democratizá-las radicalmente e propondo políticas públicas ao mesmo tempo em que mantém uma atividade incansável junto aos movimentos populares, os verdadeiros alicerces da conquista de direitos e cidadania.

O PT passa por um momento decisivo, tanto do ponto de vista interno quanto externo. Ao contrário de 1994, o partido terá que ser maduro e eficiente na condução do programa de governo da chapa Lula/Brizola, com um discurso coerente, a sua linha programática de eficiência do Estado às eleições de 1998 terá um resultado que surpreenda as elites do nosso País.

LUÍS CÉSAR BUENO É VEREADOR, PRESIDENTE DO PT DE GOIÂNIA, MEMBRO DO COMITÊ NACIONAL E COORDENADOR DA TENDÊNCIA "DEMOCRACIA"